



Estado da Bahia  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES**  
Av. Justiniano Silva, 98 – Centro – CEP: 44230-000 –  
Tel: (75) 3242 4621 – gabinete.pmar@gmail.com  
CNPJ: 13.607.213/0001-28 – www.ameliarodrigues.ba.gov.br  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E ORDEM PÚBLICA**



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

<b>ETP Nº</b>	<b>002/2024</b>	<b>Data da Elaboração: 15/04/2024</b>
<b>ÓRGÃO REQUISITANTE:</b> 2 - PREFEITURA MUNICIPAL AMELIA RODRIGUES - BA 0206 - <b>Secretaria:</b> SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E ORDEM PÚBLICA  <b>Número do processo administrativo:</b> PROCESSO DE Nº 2108/2024		

## INTRODUÇÃO

A Nova Lei de Licitações, Lei 14.133/2021 atribuiu ao planejamento das licitações a hierarquia de princípio, propiciando aos gestores públicos instrumentos para governança e concretude deste princípio. As contratações públicas são instrumentos para a realização das políticas públicas, cujo planejamento ocasiona contratações significativamente mais efetivas.

Desse modo, a realização de estudos prévios à contratação conduz ao conhecimento de novas modelagens/metodologias ofertadas pelo mercado, resultando na melhor qualidade do gasto promovendo uma gestão mais eficiente dos recursos públicos.

Neste contexto, o presente documento, enquanto elemento essencial ao planejamento, ao cumprir as determinações legais relacionadas à sua elaboração, caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento, uma



**Estado da Bahia**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES**  
Av. Justiniano Silva, 98 – Centro – CEP: 44230-000 –  
Tel: (75) 3242 4621 – gabinete.pmar@gmail.com  
CNPJ: 13.607.213/0001-28 – www.ameliarodrigues.ba.gov.br  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E ORDEM PÚBLICA**



vez que, apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá a necessidade abaixo especificada. Deste modo, se busca assegurar a viabilidade (técnica e econômica) da contratação pública pretendida, bem como o levantamento dos elementos essenciais, que servirão de base para compor o anteprojeto, termo de referência ou projeto básico a serem elaborados, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública, avaliando todos os aspectos necessários e suficientes a contratação.

## **1. DA JUSTIFICATIVA:**

1.1. O objeto do presente estudo técnico preliminar é a contratação de serviços de LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL por meio de CREDENCIAMENTO, para administrar e operacionalizar leilões dos bens inservíveis (móveis) pertencentes ao Município Amélia Rodrigues – BA, incluindo todos os atos necessários à organização do certame, disposição dos lotes, divulgação, visitação, do leilão, prestação de contas, e entrega dos bens, por meio de licitação na modalidade de leilão público. Trata-se de credenciamento de leiloeiro público oficial, fundamentada no inciso I, do art. 78, da Lei 14.133/2021.

1.2. A contratação de Leiloeiro se faz necessário devido não possuírem em seus quadros funcionais profissionais habilitados a exercer a função de Leiloeiro.

1.3. No caso de bens inservíveis, são mantidos nas próprias unidades descentralizadas em que se encontram, salvo nos casos em que acordos internos permitem o deslocamento até unidades com mais capacidade de recepção de bens. É também cediço que manter bens em depósito, sejam os de origem da atuação do poder de polícia, sejam aqueles cuja vida útil já se exauriu para a Entidade Pública, traz às despesas de custeio um incremento exponencial de impacto. É necessário que o Administrador Público contemple que irá gastar com não só a atividade típica de armazenamento, como também as medidas de conservação, atualização de valores venais, depreciação, amortização, vigilância, energia elétrica, manutenção de armazéns, entre outros. O impacto gerado por esses custos



**Estado da Bahia**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES**  
Av. Justiniano Silva, 98 – Centro – CEP: 44230-000 –  
Tel: (75) 3242 4621 – gabinete.pmar@gmail.com  
CNPJ: 13.607.213/0001-28 – www.ameliarodrigues.ba.gov.br  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E ORDEM PÚBLICA**



acaba gerando também impactos aos custos primários de garantia da ação estatal na política pública ambiental, razão pela qual a destinação de ambos os tipos de bens é uma medida de eficiência necessária para ordenamento de resíduos da atividade pública, bem como da otimização de recursos públicos com a destinação eficiente dos mesmos na atividade precípua do Estado. Assim, a contratação de leiloeiros – considerando que o Leilão, nos termos da Lei nº 14.133/2021 é a forma preferencial de alienação – obedece também aos preceitos legais, visto que a atividade de leilão depende do cumprimento de certos requisitos legais.

1.4. Destaca-se que este processo visa o atendimento dos anseios da gestão por uma solução querente, de uma estrutura de serviços capaz de suportar tecnicamente um projeto complexo como este.

1.5. A contratação se enquadra na classificação de serviços comuns e, sendo assim, este Estudo Técnico Preliminar, observando-se as normas da Lei e Decretos Municipais Nº 048 e 051, de 31 de Agosto de 2022, Decreto Nº 006, de 25 de Março de 2024.

## **2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:**

O Plano de Contratações Anual- PCA ainda está em fase de elaboração e em razão de sua superveniência, será encaminhada para inclusão, após a autorização da autoridade competente. Vale ressaltar que a contratação se compatibiliza com os demais instrumentos de planejamento.

## **3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

3.1. Para que o objeto da contratação seja atendido, é necessário o atendimento de alguns requisitos mínimos necessários, dentre eles os de qualidade e capacidade de execução pelo contratado, minimamente os dispostos nos artigos 62, 66, 67, 68 e 69 da Lei Federal 14.133/2021.

3.1.1. Para a contratação em questão, o Leiloeiro Oficial credenciado deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

- Ser cidadão brasileiro e estar em gozo dos direitos civis e políticos;
- Possuir regularidade fiscal, trabalhista e idoneidade para contratar com a Administração Pública;



**Estado da Bahia**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES**  
Av. Justiniano Silva, 98 – Centro – CEP: 44230-000 –  
Tel: (75) 3242 4621 – gabinete.pmar@gmail.com  
CNPJ: 13.607.213/0001-28 – www.ameliarodrigues.ba.gov.br  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E ORDEM PÚBLICA**



- Possuir capacidade técnica e operacional para operar leilões públicos na forma presencial e/ou eletrônica, com experiência mínima de 01 (um) ano;
  - Provar situação regular na Junta Comercial do Estado da Bahia.
- Além dos pontos acima, deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

### **3.2. Natureza da Contratação:**

Trata-se de serviço comum, não contínuo ou por escopo: aquele que impõe ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto. A contratação se dará através de credenciamento de Leiloeiros Oficiais.

### **3.3. Sustentabilidade:**

Não incidem critérios de sustentabilidade na presente licitação por se tratar de contratação de serviço que não acarretará impactos ambientais.

### **3.4. Habilitação Jurídica:**

- a) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) No caso de Sociedade Limitada Unipessoal (SLU): ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- c) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;



**Estado da Bahia**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES**  
Av. Justiniano Silva, 98 – Centro – CEP: 44230-000 –  
Tel: (75) 3242 4621 – gabinete.pmar@gmail.com  
CNPJ: 13.607.213/0001-28 – www.ameliarodrigues.ba.gov.br  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E ORDEM PÚBLICA**



- e) Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- f) No caso de exercício de atividade não listadas nos itens acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação pertinente.
- g) No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **3.5. Qualificação Técnica:**

- a) Apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove que a licitante executou ou está executando, de maneira satisfatória e a contento, fornecimentos da natureza e vulto similares com o objeto da presente licitação;
    - a.1) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- a.2) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
  - b) Apresentação da proposta e declaração formal, sob as penas cabíveis, de que dispõe de equipe técnica, instalações e equipamentos em bom estado, adequados à execução rápida e eficiente dos serviços;
  - c) Certidão de registro de Leiloeiro Oficial, emitida pela Junta Comercial;



Estado da Bahia  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES**  
Av. Justiniano Silva, 98 – Centro – CEP: 44230-000 –  
Tel: (75) 3242 4621 – gabinete.pmar@gmail.com  
CNPJ: 13.607.213/0001-28 – www.ameliarodrigues.ba.gov.br  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E ORDEM PÚBLICA**



- d) Declaração de que dispõe de solução técnica para realização de leilão oficial, online, utilizando recursos de tecnologia da informação, permitindo a divulgação, recebimento de lances, e esclarecimentos de eventuais dúvidas dos interessados, por meio de site na internet;
- e) Declaração formal de que disponibilizará estrutura operacional (pessoal e material) adequada ao perfeito cumprimento do objeto da contratação;
- f) A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

### **3.6. Qualificação Econômico-Financeira:**

- a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- b) Poderão participar da licitação as empresas que estejam em recuperação judicial.
  - b.1. Das empresas em recuperação judicial, será exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em plena vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos em Edital.

### **3.7. Regularidade Fiscal:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com





Estado da Bahia  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES**  
Av. Justiniano Silva, 98 – Centro – CEP: 44230-000 –  
Tel: (75) 3242 4621 – gabinete.pmar@gmail.com  
CNPJ: 13.607.213/0001-28 – www.ameliarodrigues.ba.gov.br  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E ORDEM PÚBLICA**



efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

g) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

h) Declaração de cumprimento ao disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e outras que forem necessárias.

### **3.8. Deverão Apresentar, Ainda, Para Efeito De Habilitação:**

- a) Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e na forma da Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999 (Anexo em Edital);
- b) Declaração sob as penas da lei, assinada pelo representante legal, da não ocorrência de fatos impeditivos à Participação da empresa na licitação, (Anexo em Edital);

## **4. DO REGIME DE EXECUÇÃO, ESPECIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO E REQUISITOS GERAIS:**

- a. Prestação de serviços de Leiloeiro Público Oficial, para o Poder Executivo o Município de Amélia Rodrigues-BA, em Leilões de veículos e bens móveis inservíveis;
- b. Disponibilizar o Leilão online (pela internet) em tempo real do Leilão presencial para lances que possibilitem a concorrência na arrematação dos lotes;



**Estado da Bahia**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES**  
Av. Justiniano Silva, 98 – Centro – CEP: 44230-000 –  
Tel: (75) 3242 4621 – gabinete.pmar@gmail.com  
CNPJ: 13.607.213/0001-28 – www.ameliarodrigues.ba.gov.br  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E ORDEM PÚBLICA**



- c. Disponibilizar o Leilão online para lances prévios com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da realização do Leilão;
- d. Disponibilizar pessoal para acompanhar os SERVIDOS DESIGNADOS do município de Amélia Rodrigues- BA no período que antecede o Leilão, inclusive nos locais onde se encontrem os bens a serem leiloados;
- e. Identificar, vistoriar, avaliar, agrupar, marcar e fotografar os lotes de veículos e demais bens móveis inservíveis que serão leiloados;
- f. Vistoriar os veículos, conferindo os chassis e motores, verificar junto ao DETRAN eventuais débitos e impedimentos judiciais e administra;
- g. O CREDENCIADO deverá prestar os seguintes serviços, sem quaisquer ônus para o município:
  - g.1. Elaboração de inventário dos bens inservíveis;
  - g.2. Avaliação dos bens pelo valor de mercado, respeitando a avaliação mínima atribuída pela Prefeitura deste Município, se for o caso;
  - g.3. Organização de bens em lotes, atribuindo o valor do lance inicial.
  - g.4. Disponibilização de pessoal qualificado para organização dos lotes considerando o prazo estabelecido entre assinatura do contrato e a realização do leilão;
  - g.5. Disponibilização de local adequado para realização do leilão;





**Estado da Bahia**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES**  
Av. Justiniano Silva, 98 – Centro – CEP: 44230-000 –  
Tel: (75) 3242 4621 – gabinete.pmar@gmail.com  
CNPJ: 13.607.213/0001-28 – www.ameliarodrigues.ba.gov.br  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E ORDEM PÚBLICA**



- g.6. Realização do leilão em até 30 (trinta) dias, contados a partir da solicitação do gestor da pasta da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E ORDEM PÚBLICA;
- g.7. Disponibilização de estrutura de tecnologia para viabilizar a participação de interessados via internet, recebendo lances on-line, com interatividade entre os lances ofertados de maneira presencial e eletrônica;
- g.8. Registro de lances on-line mediante processo de autenticação de usuários pré-cadastrados, garantindo a segurança e consistência dos lances ofertados nesta modalidade;
- g.9. Cobrança de valores dos arrematantes;
- g.10. Recolhimento do valor arrecadado com a venda dos lotes, bem como a parcela da comissão que cabe à Administração sobre o valor de 5% (cinco por cento) obtido na comissão a ser paga pelo arrematante do bem, por meio de depósito em conta bancária, em até 5 (cinco) dias úteis, contados do aceite da prestação de contas referente ao leilão;
- g.11. Emissão de documentos fiscais e recebimento da taxa de comissão do LEILOEIRO OFICIAL, de acordo com os parâmetros legais;
- g.12. Estabelecimento, no edital do respectivo leilão, de prazos para retirada dos lotes e de multas relativa às obrigações do arrematante.
- h. Disponibilizar catálogos do Leilão, com a aprovação da Administração do município de Amélia Rodrigues-BA, nos locais onde se encontrem os bens e no local da realização do evento, com um prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis antes do Leilão.



**Estado da Bahia**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES**  
Av. Justiniano Silva, 98 – Centro – CEP: 44230-000 –  
Tel: (75) 3242 4621 – gabinete.pmar@gmail.com  
CNPJ: 13.607.213/0001-28 – www.ameliarodrigues.ba.gov.br  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E ORDEM PÚBLICA**



- i. Os catálogos do Leilão deverão ser impressos em papel com qualidade superior (tipo de couchê similar) e nele deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:
- Órgão/Entidade realizador(a) do Leilão;
  - Data do Leilão, com horário de início e término;
  - Local do Leilão;
  - Local de visitação dos bens;
  - Informação dos dias de visitação dos bens, com data, horário de início e término das visitas;
  - Endereço eletrônico para visualização de fotos dos bens e para o Leilão online;
  - Telefones de contato do Leiloeiro para tirar dúvidas sobre o Leilão;
- j. Disponibilizar um representante para acompanhar a visitação durante o prazo de visitação definido em Edital do Leilão;
- k. Efetuar as publicações legais exigidas pela legislação vigente;
- l. Dar ampla publicidade ao evento;
- m. Manter equipe disponível para atendimento aos arrematantes por telefone e e-mail até a realização da prestação de contas do Leilão;
- n. Disponibilizar equipe de apoio de, no mínimo, 5 (cinco) pessoas no dia, hora e local do Leilão, para atendimento ao público e realização do evento;
- o. Disponibilizar pessoal por no mínimo 15 (quinze) dias úteis após o Leilão para, em conjunto com a Administração, atender arrematantes, conferir pagamentos e documentos necessários e acompanhar a entrega dos lotes;
- p. Realizar o Leilão em local, dia e hora previamente agendado, conforme Edital de Leilão, obedecendo ao prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis para visitação do local onde se encontram os bens móveis, antes da realização do Leilão;
- q. Providenciar toda a infraestrutura necessária para realização do Leilão, tais como: local, equipamentos de informática, sons, projetor, internet e outros;
- q.1. O local de realização do Leilão deverá ser aprovado pela Administração, ter capacidade mínima para 50 (cinquenta) pessoas e possuir ambiente climatizado com acessibilidade e de fácil acesso;



**Estado da Bahia**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES**  
Av. Justiniano Silva, 98 – Centro – CEP: 44230-000 –  
Tel: (75) 3242 4621 – gabinete.pmar@gmail.com  
CNPJ: 13.607.213/0001-28 – www.ameliarodrigues.ba.gov.br  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E ORDEM PÚBLICA**



- r. Emitir toda a documentação necessária e exigível, a exemplo de:
  - Notas de arrematação dos bens em nome dos lances vencedores;
  - Carta de arrematação por inexistência de CRV -Certificado de Registro de Veículo;
  - Documento de Arrecadação Municipal – DAM A para o pagamento das arrematações;
  - Além da documentação acima, o Município de Amélia Rodrigues-BA reserva-se ao direito de indicar outros documentos necessários ou exigíveis, a seu critério.
- s. Cumprir e fazer cumprir a legislação tributária vigente;
- t. Cumprir todas as disposições legais e administrativo necessárias à realização dos Leilões;
- u. Possuir autorização/ofício pelo DETRAN aprovando modelo de carta de arrematação em Leilão válida para transferência por inexistência de CRV;
- v. Possuir sistema que emita no mínimo:
  - Nota de arrematação;
  - Autorização o de retirada de bens;
  - Termo de recebimento de bens;
  - Nota de arrematação por inexistência de CRV;
  - Comunicado de venda ao DETRAN para veículos arrematados por pessoas residentes fora do Estado da Bahia;
  - Cadastro de pessoas inadimplentes de participarem de Leilões;
- x. Providenciar junto aos arrematantes todos os trâmites necessários para a finalização do processo de venda do Leilão, tais como: transferência, baixa, comunicados de venda e outros;
- y. Providenciar a confecção dos comunicados de vendas de veículos para arrematantes fora do Estado da Bahia, apresentando-os na prestação de contas;
- z. Entregar a prestação de contas do Leilão com, no mínimo, os seguintes documentos:
  - Ata do Leilão;
  - Relatório pormenorizado do Leilão;
  - 3 (três) publicações realizadas em jornais de grande circulação, feitas pelo Leiloeiro;
  - Notas de arrematação dos bens;
  - Notas fiscais dos bens;



**Estado da Bahia**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES**  
Av. Justiniano Silva, 98 – Centro – CEP: 44230-000 –  
Tel: (75) 3242 4621 – gabinete.pmar@gmail.com  
CNPJ: 13.607.213/0001-28 – www.ameliarodrigues.ba.gov.br  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E ORDEM PÚBLICA**



- Autorização de retirada dos bens, com assinatura de servidor(a) da Seção de Patrimônio do Município de Amélia Rodrigues-BA;
  - Termo de recebimento dos bens assinado pelo(s) arrematante(s) no ato da retirada dos bens;
  - Extrato do DETRAN comprovando a transferência dos veículos ou certidão de baixa definitiva;
  - Extrato do DETRAN comprovando o registro do comunicado de venda para veículos arrematados por pessoas residentes fora do Estado da Bahia;
  - Relatório sintético do Leilão;
  - Relatório analítico do Leilão;
  - Relatório apresentando os valores arrecadados com o Leilão, constando o valor de avaliação dos bens, o valor inicial de lance, o valor final arrematado e o percentual de ganho em relação ao valor inicial de lance;
  - Detalhamento de bens com pendências administrativo impossibilitando sua retirada;
- A. A prestação de contas deverá ser entregue em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos após a realização do Leilão, informando à administração Municipal sobre eventuais pendências que impossibilitem a entrega total da prestação de contas.
- B. O contrato que se estabelecer entre o leiloeiro e o Município é de mandato ou comissão e dá ao leiloeiro o direito de cobrar judicialmente sua comissão, instruindo a ação com os documentos comprobatórios dos pagamentos que houver efetuado, por conta do Município e com a autorização expressa deste, podendo reter em seu poder algum objeto, que pertença ao Município, até o seu efetivo reembolso;
- C. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados do Credenciado e a Prefeitura Municipal de Amélia Rodrigues-BA, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta;
- D. Compete ao Leiloeiro Oficial à condução pessoal do leilão, somente podendo delegar suas funções a um preposto nas hipóteses previstas no artigo 11º do Decreto nº 21.981, de 19/10/32, com a estrita observância das disposições estabelecidas no Edital mediante comunicação formal e prévia



**Estado da Bahia**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES**  
Av. Justiniano Silva, 98 – Centro – CEP: 44230-000 –  
Tel: (75) 3242 4621 – gabinete.pmar@gmail.com  
CNPJ: 13.607.213/0001-28 – www.ameliarodrigues.ba.gov.br  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E ORDEM PÚBLICA**



anuência do gestor da pasta da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E ORDEM PÚBLICA.

- E. O Município contratante terá a responsabilidade de dar publicidade do leilão no Diário da União, Estado e Municípios, enquanto que a Contratada/Leiloeiro terá a responsabilidade de elaborar os Avisos de Leilões, distribuir os Catálogos Oficiais, realizar medidas para divulgar a realização dos leilões (panfletagem, faixas, cartazes, banners, etc.), disponibilizar informações sobre os leilões na internet, possibilitando a visualização e características dos respectivos lotes, enfim, fazer o que for necessário para a divulgação do evento.

➤ **Procedimento**

- a) Os lotes dos bens que irão a leilão deverão ser arrematados eletronicamente/ presencial.
- b) Todo o conteúdo de instruções para cadastro de participação, oferta de lances e orientações técnicas deverá ser através da plataforma eletrônica disponibilizada pelo leiloeiro.
- c) A participação no leilão realizado na forma eletrônica/ presencial, em quaisquer de suas fases, implica responsabilidade legal do licitante e presunção de sua capacidade técnica ou infraestrutura tecnológica para realização das operações e transações inerentes ao certame, ainda que representado por intermédio de procurador.
- d) Os interessados efetuarão sucessivos lances eletrônicos, a partir do valor mínimo definido para cada lote, considerando-se arrematante o licitante que fizer o MAIOR LANCE POR LOTE.
  - .1. Os intervalos dos lances serão fixos e definidos por lote.
  - .2. Uma vez realizado o lance, não se admitirá a sua desistência.



**Estado da Bahia**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES**  
Av. Justiniano Silva, 98 – Centro – CEP: 44230-000 –  
Tel: (75) 3242 4621 – gabinete.pmar@gmail.com  
CNPJ: 13.607.213/0001-28 – www.ameliarodrigues.ba.gov.br  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E ORDEM PÚBLICA**



.3. Na sucessão de lances, a diferença do valor não poderá ser inferior à estabelecida pelo Leiloeiro.

.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, registrando-se no sistema aquele que for recebido primeiro.

- e) Encerrada a etapa de lances, o leiloeiro e/ou plataforma por este utilizada, informará o vencedor e a Comissão de contratação adjudicará o lote ao arrematante, que será notificado por meio da plataforma ou do e-mail cadastrado para fins de providências de pagamento.
- f) Declarado o vencedor, o Leiloeiro estabelecerá o prazo de até 10 (dez) minutos para que os licitantes manifestem pela intenção de apresentação de recursos.
- g) Ao dar o lance, todo participante reconhece a íntegra do Edital, bem como o valor ofertado e as despesas ou multas que venham a incidir sobre o bem, como líquido, certo e exigível, desde já, dando seu ciente e ordem para protesto e acionamento judicial posterior.
- h) Os lances serão intransferíveis.
- i) O licitante que descumprir com as suas obrigações e pagamentos poderá ser declarado inidôneo impossibilitando sua participação em outros leilões.
- j) É PROIBIDO AO ARREMATANTE, ceder, permutar, vender ou negociar, sob qualquer forma, o bem arrematado antes da transferência do mesmo, no prazo legal estabelecido neste termo de referência.





Estado da Bahia  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES**  
Av. Justiniano Silva, 98 – Centro – CEP: 44230-000 –  
Tel: (75) 3242 4621 – gabinete.pmar@gmail.com  
CNPJ: 13.607.213/0001-28 – www.ameliarodrigues.ba.gov.br  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E ORDEM PÚBLICA**



## 5 e 6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QTD
1	Contratação de LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL para assessoramento no levantamento, da avaliação, da elaboração, publicação de edital, divulgação (propaganda e marketing) do leilão, bem como organização e condução do certame dos bens (móvel) inservíveis do Município de Amélia Rodrigues Ba.	SV	1

## 7. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

Foi realizado o levantamento de mercado visando buscar a melhor solução para o problema existente, sendo estudados processos de contratações semelhantes feitas por este e outros órgãos na região, por meio de consultas a outros editais, com a finalidade de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração.

Considerando a necessidade desta administração em contratar empresa especializada para prestação de serviços de LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL por meio de CREDENCIAMENTO, entende essa equipe de administração que a única forma de adoção de padrões de desempenho e qualidade objetivamente a serem definidos em edital é por meio de especificações usuais no mercado mediante observação e aproveitamento de experiências anteriores e de outros municípios.

A criação absoluta de requisitos técnicos sem levar em consideração as especificações usuais de mercado já estudadas ou aplicadas anteriormente por outros órgãos (extraídas de editais anteriormente publicados) desnaturaria a modalidade licitatória, bem como prejudicaria a aplicação dos princípios basilares da licitação (eficiência, interesse público,



Estado da Bahia  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES**  
Av. Justiniano Silva, 98 – Centro – CEP: 44230-000 –  
Tel: (75) 3242 4621 – gabinete.pmar@gmail.com  
CNPJ: 13.607.213/0001-28 – www.ameliarodrigues.ba.gov.br  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E ORDEM PÚBLICA**



planejamento, eficácia), descabendo a esta municipalidade da “criação” abstrata das especificações usuais do mercado, que devem ser buscadas justamente na prática do mercado, in casu, representado pelos termos de referência padronizados ao longo dos anos.

Foram feitas consultas em contratações com o mesmo objeto em outros órgão públicos, e assim foi verificado que existe inúmeras empresas que fornecem o objeto em questão, evitando um possível fracasso por falta de fornecedor.

Conforme se verifica o ETP trata-se de questão peculiar em que o comissionamento do profissional (preço) não é possível de ajuste, impossibilitando portanto a utilização do preço como critério de disputa.

Em sede de informação, para a pesquisa de mercado, foram realizadas pesquisas de contrato, e verificou-se que não há gastos relacionados com o credenciamento, conforme relatado a seguir:

- ✓ PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA- PA
- ✓ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA -MG
- ✓ PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÍ – SP
- ✓ PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA – BA
- ✓ PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAS-RO

**Observação:** Conforme supra referido processo em questão não gera ônus ou custos ao município uma vez que a comissão é paga pela adquirente, quanto ao percentual a ser pago pelo mesmo é fixo conforme o Art. 24 do Decreto nº 21.981 de 19 de Outubro de 1932.

## **8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:**

Após análise das alternativas para esta contratação, chegou-se à conclusão de que a solução mais adequada é efetuar a contratação através de credenciamento, fundamentada no inciso I, do art. 78, da Lei 14.133/2021.

Conforme preceitua o Art. 6º do Decreto nº 11.461/2023:

Na hipótese de realização de leilão por intermédio de leiloeiro oficial, sua seleção será mediante credenciamento.



**Estado da Bahia**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES**  
Av. Justiniano Silva, 98 – Centro – CEP: 44230-000 –  
Tel: (75) 3242 4621 – gabinete.pmar@gmail.com  
CNPJ: 13.607.213/0001-28 – www.ameliarodrigues.ba.gov.br  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E ORDEM PÚBLICA**



Desta forma deverá ser efetuado um credenciamento de todos os leiloeiros interessados e que sejam regulares na Junta Comercial da Bahia.

Após o levantamento de mercado reconhece-se que a solução mais vantajosa para a Administração Pública é contratação de empresa para prestar serviços, para atender as demandas das atividades da Administração Municipal.

A solução deve ser integrada e adequada a todas as atuais e futuras legislações nacionais, estaduais e municipais, sem exceção, em todas as suas instâncias, bem como estar alinhado com as melhores práticas de uso, trazendo assim, mais eficiência e assertividade nas decisões dos agentes públicos.

Para que as metas da gestão sejam alcançadas com êxito faz-se necessário a contratação de uma solução que realize a integração dos diversos macroprocessos administrativos existentes no município.

Essa municipalidade optou por uma solução que objetivamente traz uma série de vantagens ao erário.

Devido à complexidade exposto, onde os mesmo busca suprir uma determinada área específicas, de forma a proporcionar maior concorrência no processo.

Uma vez que esta Prefeitura não dispõe de servidores em número suficiente nem devidamente qualificados para operacionalizar um leilão público, o CREDENCIAMENTO de leiloeiro público é a melhor medida para a efetiva prestação do serviço, ora necessário;

A contratação de leiloeiro enquadra-se em hipótese prevista no art. 31 da Lei 14.133/21. No caso em questão, em tese, todos os leiloeiros matriculados no Estado podem oferecer o serviço, porém, é impossível para a Administração escolher a proposta mais vantajosa, uma vez que a taxa de comissão dos contratados é fixa, estabelecida pelo Decreto Federal n.º 21.981, de 19 de outubro de 1932;

Nesse sentido, o CREDENCIAMENTO, torna-se viável para que sejam cumpridos os princípios da isonomia, da igualdade e da impessoalidade;

Desta feita, com vistas a resolver a questão dos bens móveis inservíveis, bem como dar a correta destinação a esses materiais, sugerimos o pretenso Credenciamento de leiloeiros oficiais;



**Estado da Bahia**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES**  
Av. Justiniano Silva, 98 – Centro – CEP: 44230-000 –  
Tel: (75) 3242 4621 – gabinete.pmar@gmail.com  
CNPJ: 13.607.213/0001-28 – www.ameliarodrigues.ba.gov.br  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E ORDEM PÚBLICA**



## **9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO:**

Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do art. 40 da Lei n.º 14.133/21, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

Além disso, o disposto não se aplica ao objeto a ser licitado, compreendendo que o serviço não apresenta possibilidade de parcelamento. Portanto, com a contratação de um único fornecedor é possível realizar o dimensionamento adequado da prestação de serviço necessário para a execução dos trabalhos, reduzindo perdas e ampliando a eficiência na resolução das necessidades da Secretaria demandante.

Desse modo, a licitação deverá ser composta por um único grupo para prestação de serviços técnicos especializados.

## **10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:**

10.1. A necessidade da contratação considera, em sua motivação, permitir que os objetivos estratégicos da CONTRATANTE, qual seja, a realização de programas para atingir o bem comum sejam atingidos.

10.2 Os benefícios a serem alcançados com a presente contratação incluem, entre outros, a redução do custo operacional na gestão dos bens inservíveis; na mitigação nos riscos de furto dos bens:

- ✓ Na redução nos custos de controle e segurança;
- ✓ Na prevenção ao perdimento do bem por deterioração ou danos;
- ✓ Garanti assim o prolongamento do seu ciclo de vida útil e especialmente na redução no impacto ambiental.

10.3. No tocante aos bens imóveis recebidos pelo Município como pagamento parcial e/ou integral de débito oriundo de acordo de não persecução civil em ação que visa o ressarcimento ao erário e/ou processo de execução de débito fiscal, tudo devidamente autorizado pela Câmara Municipal, pois a destinação dos valores arrecadados para o Município de Amélia Rodrigues/BA;



Estado da Bahia  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES**  
Av. Justiniano Silva, 98 – Centro – CEP: 44230-000 –  
Tel: (75) 3242 4621 – gabinete.pmar@gmail.com  
CNPJ: 13.607.213/0001-28 – www.ameliarodrigues.ba.gov.br  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E ORDEM PÚBLICA**



10.4. Eficácia, eficiência, economicidade, isonomia, padronização e produtividade.

## **11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS:**

Diante das análises comparativas dos estudos aqui delineados, fica demonstrado que a solução mais adequada para atendimento das necessidades desta administração é o serviço LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL por meio de CREDENCIAMENTO, em detrimento as demais soluções disponíveis no mercado.

## **12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:**

Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

## **13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:**

A presente contratação não gera impactos ambientais diretos.

A solução escolhida por esta administração está adequada aos preceitos de licitações sustentáveis, de modo que minimiza os impactos ambientais diminuindo o uso exacerbado de papel em processos manuais na administração pública.

## **14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:**

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

## **15. DA ANÁLISE DE RISCOS:**

15.1 Considerando o art. 18, inciso X da Lei nº 14.133/2021, que define que o planejamento da contratação deverá ser instruído com a “análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução



**Estado da Bahia**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES**  
Av. Justiniano Silva, 98 – Centro – CEP: 44230-000 –  
Tel: (75) 3242 4621 – gabinete.pmar@gmail.com  
CNPJ: 13.607.213/0001-28 – www.ameliarodrigues.ba.gov.br  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E ORDEM PÚBLICA**



contratual", desta forma, os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária.

15.2 Os decretos funcionam como atos elaborados pelo chefe do Executivo com a intenção de complementar ou regulamentar alguma normativa jurídica existente, no caso tratando-se da Lei 14.133/21; Conforme o Art. 2º do Decreto Municipal nº 16 de 24 de março de 2023, a análise de risco torna-se dispensável com base nos incisos descritos.

15.3. A pretendida contratação (LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL por meio de CREDENCIAMENTO) é composta por serviços de pronto pagamento pelos arrematantes dos bens móveis diretamente ao Leiloeiro Oficial, sem qualquer dispêndio e obrigações futuras por parte Município, ficando assim dispensada a apresentação da análise de riscos para este ETP.

Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

Amélia Rodrigues-BA, 15 de Abril de 2024.

Carlos Alberto da Silva Júnior  
Secretário de Administração e Ordem Pública